

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**

**COMANDO-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL**



**DIRETRIZ DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL**

**DTA 19**

**PERMISSÃO DE USO DE PRÓPRIOS NACIONAIS  
RESIDENCIAIS (PNR), ADMINISTRADOS PELA  
PASJ E PAAK, A SERVIDORES CIVIS**

**2009**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**COMANDO-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL**

PORTARIA CTA Nº 106/SDF, DE 5 DE AGOSTO DE 2009.

Aprova a reedição da Diretriz de Tecnologia Aeroespacial (DTA) que trata da Permissão de uso de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), administrados pela Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ) e pela Prefeitura de Aeronáutica de Alcântara (PAAK), a servidores civis do CTA e OM subordinadas.

**O COMANDANTE-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL, INTERINO**, de conformidade com o previsto no inciso XX do artigo 10 do Regulamento do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 107/GC3, de 19 de janeiro de 2006, e de conformidade com o previsto no parágrafo 1º do artigo 135 do Regimento Interno do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria CTA Nº 64/SDF, de 28 de julho de 2008 e, ainda, considerando o que consta no Processo nº 67050.011376/2007-18, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da DTA 19 “Permissão de uso de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), administrados pela PASJ e PAAK, a servidores civis”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria CTA Nº 155/SDF, de 17 de dezembro de 2008, publicada no BCA nº 01, de 5 de janeiro de 2009.

Maj Brig Ar RONALDO SALAMONE NUNES  
Comandante-Geral Interino

(Publicada no BCA nº 150, de 13 de agosto de 2009)

## SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	4
1.1	Finalidade .....	4
1.2	Conceituação .....	4
1.3	Fundamento Legal.....	4
1.4	Âmbito.....	4
2	PNR DISPONIBILIZADOS .....	4
2.1	Pela PASJ .....	4
2.2	Pela PAAK .....	5
3	CONDIÇÕES DE USO DE PNR.....	5
4	COMPETÊNCIAS DAS PREFEITURAS DE AERONÁUTICA.....	5
5	TAXA DE USO E DA INDENIZAÇÃO.....	5
6	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	5
6.1	Órgão Proponente.....	5
6.2	Casos Omissos.....	5

## 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### 1.1 Finalidade

A presente Diretriz tem por finalidade estabelecer os preceitos básicos para regular a permissão de uso referentes aos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), administrados pela Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ) e pela Prefeitura de Aeronáutica de Alcântara (PAAK), para servidores em exercício no Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA) e nas Organizações Militares subordinadas.

### 1.2 Conceituação

Para esta Diretriz, os termos a seguir têm as seguintes conceituações:

- a) **Permissionário** – Servidor civil responsável pelo PNR, em decorrência de sua ocupação regular, nas condições estabelecidas nesta Diretriz; e
- b) **Próprio Nacional Residencial (PNR)** - Imóvel, de propriedade da União, sob a responsabilidade do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), destinado à residência temporária, exclusivamente ao servidor civil, no interesse do serviço.

### 1.3 Fundamento Legal

1.3.1 Decreto-Lei nº 9.760 - Dispõe sobre os bens imóveis da União e da outras providências, de 5 de setembro de 1946.

1.3.2 Decreto nº 94.664 - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de 23 de julho de 1987.

1.3.3 ICA 19-5 - Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003.

### 1.4 Âmbito

Esta Diretriz aplica-se ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial e às Organizações Militares subordinadas.

## 2 PNR DISPONIBILIZADOS

### 2.1 Pela PASJ

Os imóveis destinados aos Professores do ITA e aos Servidores do Plano de Carreiras da área de C&T, na totalidade de 100 (cem) imóveis, são quantificados em 04 (quatro) categorias conforme descritas a seguir:

- a) 32 (trinta e dois) para Professores do ITA;
- b) 22 (vinte e dois) para Servidores de Nível Superior;
- c) 36 (trinta e seis) para Servidores de Nível Intermediário; e
- d) 10 (dez) para Servidores de Nível Auxiliar.

## **2.2 Pela PAAK**

A destinação de imóveis aos servidores civis, incluindo-se os professores da Escola Caminho das Estrelas (ECE), deve ser submetida à aprovação do Comandante-Geral de Tecnologia Aeroespacial, por intermédio do Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

## **3 CONDIÇÕES DE USO DE PNR**

3.1 Estão habilitados para solicitar o uso de PNR os servidores civis que atendam aos seguintes critérios:

- a) desempenhar função de relevância no CTA ou em OM subordinada; e
- b) possuir dependentes declarados e que vivam sob o mesmo teto.

3.2 A necessidade de ocupação do PNR deve ser fundamenta pelo Comandante da OM a qual o servidor civil estiver lotado. No caso do CTA, a fundamentação é feita por intermédio do Subdiretor ao qual o servidor civil estiver subordinado.

## **4 COMPETÊNCIAS DAS PREFEITURAS DE AERONÁUTICA**

4.1 Definir em Norma Padrão de Ação (NPA):

- a) os direitos, deveres e restrições (proibições) aos permissionários, dando pleno conhecimento no ato da candidatura ao uso do PNR;
- b) a forma de inspeção, vistoria, manutenção, conservação e reparos a serem realizadas pela Prefeitura, buscando sempre a presença e participação do permissionário;
- c) quais as indenizações de responsabilidade do permissionário; e
- d) a forma de rescisão da permissão de uso, de desocupação e devolução do PNR.

4.2 As Prefeituras devem elaborar as relações de inscrição por ordem cronológica, por categorias de PNR.

## **5 TAXA DE USO E DA INDENIZAÇÃO**

5.1 O valor da Taxa de Uso e da Indenização é o previsto na letra f, do item 3.3.1, da ICA 19-5/2003, em conformidade com a Portaria nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009.

5.2 A vigência dos valores retroage a 1º de janeiro de 2009, em conformidade com a Portaria nº 106/GC6, de 25 de fevereiro de 2009.

## **6 DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **6.1 Órgão Proponente**

A Divisão de Infra-estrutura e Patrimônio (DIP), deste Comando-Geral, é o órgão responsável pela atualização desta Diretriz.

### **6.2 Casos Omissos**

Os casos omissos referentes a esta Diretriz devem ser apresentados ao Prefeito que os analisa e, via cadeia de comando, os encaminha para decisão do Comandante-Geral.

**DISTRIBUIÇÃO: Comando-Geral, Organizações militares subordinadas e Organizações hóspedes.**

